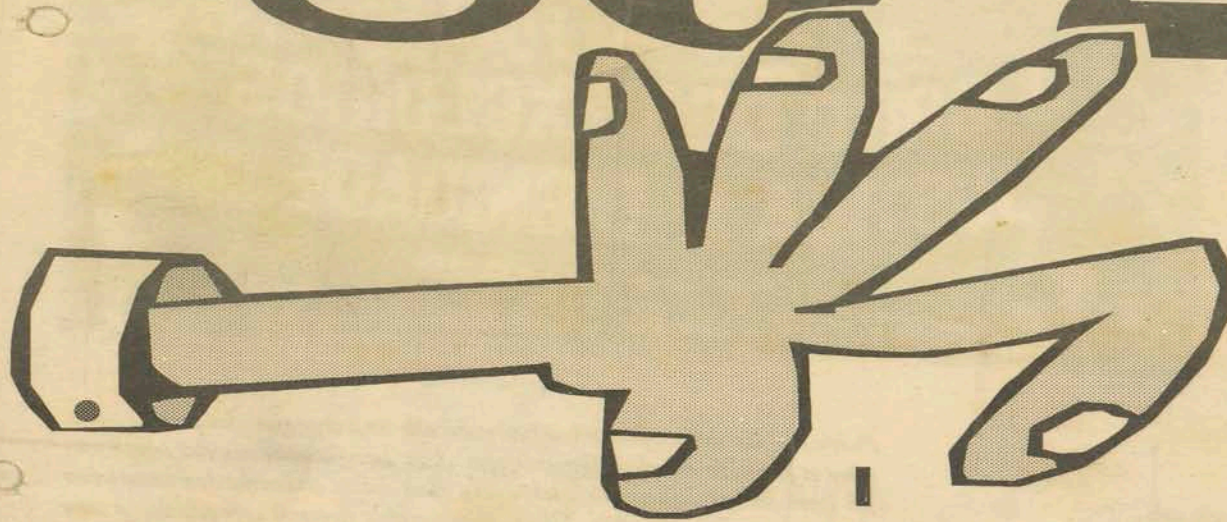


linha viva

Número 427 . 12 Setembro 97 . Intersindical dos Eletricitários de SC

SÓ 2%



**DE REPOSIÇÃO! SEM
RECOMPOSIÇÃO DE
PERDAS MUITO MENOS
ABONO, AUMENTO REAL E
POLÍTICA SALARIAL
PÁGINA 3**

**SECRETÁRIO DA FAZENDA
NÃO TEM DINHEIRO PARA
PAGAR AÇÕES DA CELESC
INVESTIDAS NA INVESC E
QUER ROLAGEM DA DÍVIDA
PÁGINA 7**

LEIA TAMBÉM

 **UM RESUMO DO
SEMINÁRIO QUE
DISCUTIU O
FUTURO DA
CELESC**

CENTRAL (4 E 5)

 **O 3º GRITO DOS
EXCLUÍDOS MOSTRA O
LADO REAL DO
BRASIL
"INDEPENDENTE"**

EDITORIAL (PÁGINA 2)

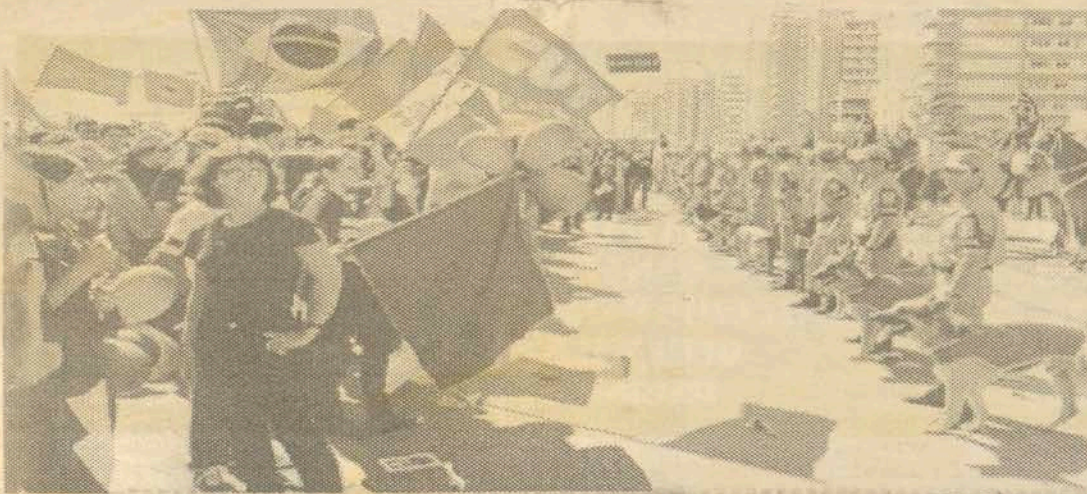
 **ELETROSUL
APRESENTA
PROPOSTA PARA
PCS QUE MANTÊM
PRIVILÉGIOS PARA
GERENTES
PÁGINA 6**

 **A INDIGNAÇÃO DE
SARAMAGO COM AS
PRIVATIZAÇÕES**

PÁGINA 8

Que independência é esta?

O 3º Grito dos Excluídos, movimento organizado pela CNBB, MST, CUT e Movimentos Populares marcou de uma maneira diferente o 7 de setembro em 800 cidades brasileiras. Mas em nenhuma a falta de democracia imperou como infelizmente aconteceu em Florianópolis. Mais de mil pessoas vestidas de preto, representando trabalhadores de diversas categorias profissionais, entre eles os eletricitários, além de partidos políticos e setores do Estado quase falidos como a saúde, educação, os correios e até mesmo o movimento Punk, foram impedidos de desfilar na parada oficial e acudados como animais por mais de uma centena de policiais, bem equipados com cassetetes e até com metralhadoras, assessorados ainda por cães e cavalos e gás lacrimogêneo. "On vocês saem em um minuto ou vamos descer o cacetete" foi a frase de um policial registrada por um jornal do estado. No momento em que o grupo representando os excluídos entrou na pista para desfilar, nem as mu-



lheres e as crianças escaparam da selvageria daqueles que têm a função de dar segurança. Os profissionais da imprensa que lá estavam no exercício das suas atividades também não foram poupados. Dois fotógrafos foram agredidos e um deles teve o material apreendido. Alguns saíram dali com hematomas.

O Grito dos Excluídos em Florianópolis, apesar de ter sido impedido de desfilar, foi ouvido. Cantando o Hino Nacional os manifestantes não saíram da pista e mostraram para quem estava assistindo o desfile a verdadeira realidade do país, repleta de excluídos e de desesperançados. Por conta disto o desfile oficial atrasou e teve o trajeto alterado.

Ficou provado, com este desfile na capital catarinense, que o governo que aí está só pretende mostrar à sociedade o que é bonito, organizado, perfeito. O caos na saúde pública, na educação, na segurança, os salários atrasados, isso, não deve ser mostrado numa data tão importante para a Pátria como o "Dia da Independência do Brasil"!

Como estava escrito numa das faixas do Grito dos Excluídos: *Que Independência é esta? Como é possível para uma nação se dizer independente enquanto mais de 30 milhões de seus filhos vivem na mais absoluta miséria? Onde está a solução para a fome, o desemprego, a precariedade da educação e saúde públicas e porque a vontade de entregar o país aos estrangeiros e o patrimônio público à iniciativa privada?*

É preciso pensar nisso e questionar: realmente tínhamos o que comemorar neste 7 de setembro? Do Brasil colônia ao Brasil dominado pelas grandes empresas multinacionais parece que nada mudou, ao menos no que se refere ao sentido amplo da palavra **DEMOCRACIA**.

Celesc oferece 2% de reposição salarial

A reunião de negociação desta quinta-feira, que enfim discutiu as cláusulas econômicas do acordo coletivo, frustrou completamente todas as expectativas criadas com a mudança do presidente. Cada diretor vem apresentando suas propostas para o acordo. Ontem foi a vez do diretor financeiro. Depois de uma longa explanação das contas da empresa, a única proposta à intersindical foi uma reposição salarial de apenas 2%. Além disso a diretoria não concorda com os itens de recomposição da tabela salarial, aumento real de salários, abono e política salarial.

A justificativa é a mesma do ano passado: o custo do Plano de Cargos e Salários. Alegou também que a PL poderá ser de 75% desde que não ultrapasse 10% do lucro apurado. Quanto ao abono constitucional de férias a empresa afirma que só pagará mediante decisão judicial e por isso também não deve estar no ACT. "Até agora só nos foi sugerido abrir mão dos nossos direitos", reclamam os dirigentes da Intercel, e complementam: "2% é ofensivo, não pagam o que nós roubamos no ano passado com o desconto dos dez dias de greve. Não é possível misturar PCS com reposição. Onde está o lucro

com nossa perda de 6% do ano passado?"

Na conversa com o presidente Eduardo Pinho Moreira, a Intercel avaliou que neste ano o acordo seria fechado sem traumas. "A proposta feita hoje desmente aquela disposição inicial do presidente. Queremos negociar mas exigimos também o respeito da direção da empresa com a categoria". A intersindical estará informando em concentrações em todo o estado o que se passa na mesa de negociações e desta forma os empregados saberão que as coisas não estão caminhando com a tranquilidade divulgada pelo presidente.



Confira o que já foi discutido nesta semana

A empresa persiste em manter o auxílio alimentação da forma como está alegando que a transição para ticket seria muito caro. Já o auxílio deficiente, a licença prêmio, a gratificação aos 25 anos e a manutenção em rubrica separada saem do Acordo Coletivo e passam a integrar o Contrato Individual de Trabalho para os trabalhadores existentes até 1º/10/97, a redação das cláusulas permanece a mesma do ACT 96/97. As faltas justificadas também saem do ACT e entram no contrato individual e terá normativa interna es-

pecífica. Esta cláusula vai contemplar aos atuais e novos empregados.

Das cláusulas novas, a Celesc não concorda com a cláusula de INCLUSÃO DE PESSOAL porque acredita que é uma decisão gerencial. Também é contra a cláusula INDENIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULOS e da fixação de horário de verão para as equipes de Linha-Viva. Sobre a ergonomia, a empresa propõe a criação de um grupo de trabalho composto por representantes da Celesc e da Intercel para avaliar as condições

ergonômicas.

A empresa foi desfavorável ao item segurança no trabalho, que prevê verificação do uso de equipamentos durante a realização da SIPAT porque acredita que isso é rotina... Também não aceitou a extensão de direitos aos trabalhadores que forem admitidos a partir de 1º/10/97 nem a proposta de que o ouvidor seja eleito também pelos empregados. No que diz respeito à comissão de recursos humanos, ao concurso público, controle das horas de serviço, multa e vigência do acordo, man-



NOVAS VAGAS

Em breve a Celesc vai promover concurso público para o preenchimento de 125 vagas para o cargo de eletricitista.

ELETRICITÁRIO NA CUT

Romero de Souza do Sintresc é o único eletricitário na direção da CUT em Santa Catarina. Ele foi eleito no último Congresso da Central, que aconteceu no mês de julho em Lages.

PREVENÇÃO DE ACIDENTES

Estão abertas, até o dia 19 deste mês, as inscrições para candidatos à eleição de representantes dos empregados na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da Administração Central da Celesc. Quem tiver interesse pode inscrever-se na Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho.

SANGUE

Os hospitais em todo o estado estão com seus estoques baixos. Convocamos a todos os eletricitários, que podem doar sangue, para fazê-lo. Os requisitos são ter idade entre 18 e 60 anos, não ter vícios (dependência química) e pesar mais de 60 quilos.

SINERGIA EM FESTA

No próximo dia 27, sábado, o Sinergia completará 36 anos. E para comemorar está sendo organizada uma grande festa, com churrasco e muita diversão para os sócios, familiares, funcionários e diretores. A iniciativa foi uma deliberação da 2ª Plenária contra a Privatização, que aconteceu dia 23 de agosto na Escola Sul da CUT.

Pra quem quiser aproveitar o sábado para jogar, opção não vai faltar:

- 4 equipes de futebol suíço (masculino e feminino) - até 10 pessoas;
- 4 equipes de vôlei misto - até 9 pessoas
- 8 equipes de bocha simples
- 8 duplas de canastra
- 8 duplas de dominó.

tênis de quadra e sinuca (inscrições no local, antes das competições).

Os 1º e 2º colocados de cada modalidade irão receber medalhas. Também terá recreação para as crianças e concurso de dança para todos. Tudo isso embalado por uma animada banda musical. Não deixe de participar! Inscreva-se para as atividades esportivas com um dos membros da comissão organizadora: no Sinergia: Adriana, Nil, Terezinha e Sebastião (fone 224-9114); Celesc com Marcos Sumar (237-6111) e na Eletrosul com Cláudio Corrêa (242-1103) até as 18 horas do dia 23, uma terça-feira. Venha e traga sua família! Será na Associação Beneficente dos Servidores do Sistema Fiesc (ASFISSI), Praia do Campeche, próxima à associação do Besc.

expediente

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalistas Responsáveis: Marli Cristina Scmazzon (DRT/RS4966) e Alessandra Mathyas (SC 00755 JP). Ilustrações: Frank Maia. Diretoria de Imprensa: Olga Leocadia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 147. Fone: SC CEP 88015-030. Fax: (048) 224-9104.

Seminário debate futuro da Celesc

“Celesc - Empresa Cidadã” foi este o slogan tirado na plenária que encerrou no sábado passado o seminário “Gestão de Empresa Pública” do qual participaram 65 trabalhadores da Celesc de todo Estado e que concluíram que a Celesc deve ter uma gestão participativa, embasada na democracia empresarial e num planejamento estratégico participativo. O seminário foi um dos encaminhamentos tirados no I Congresso dos Empregados da Celesc, realizado em abril. Naquele primeiro encontro foi discutido o modelo institucional, ou seja, as relações exteriores da Celesc (com o governo estadual, Assembléia Legislativa e Conselho de Administração). No seminário do final de semana passado foram estudadas as relações internas da empresa, ou seja a sua gestão. Depois de uma palestra de um estudioso das gestões públicas (ver matéria da palestra do professor Seibel) e da apresentação do “projeto Nova Celesc”, uma proposta de gestão feita pela diretoria da empresa (ver matéria ao lado), os participantes se dividiram em quatro grupos, debatendo cada um grande tema: profissionalização e ética; gestão; transparência e con-

A solução é a *empresa cidadã*

Na palestra que iniciou o seminário, o professor Erni Seibel mostrou para os participantes como ao longo da história as estruturas de poder moldaram as organizações governamentais e como elas atuam até hoje. Seibel, que é coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas da UFSC, e doutor em Ciências Políticas pela Universidade Livre de Berlim, divide o modo de atuar do poder em quatro grandes categorias: as *patrimoniais*, as *burocráticas*, as *tecnocráticas* e as *democráticas*. As organizações públicas no Brasil tem representantes dos quatro estágios. Mas o poder patrimonial atua com mais força até hoje e foi sobre ele que o professor concentrou sua explanação.

O poder patrimonial tem sua origem nas sociedades pré-capitalistas. Ele não é conferido pela sociedade. É essencialmente familiar, clânico, de compadrio. Este poder é exercido na base de um código de tradições, lealdade. Não é regido por uma Carta, regulamento ou normas escritas. Se centra na figura pessoal do dirigente e não no cargo que lhe confere poder. Por isso a administração política é considerada uma “vontade”, uma questão pessoal do dirigente e não resultado de um plano, de uma negociação, do compromisso público, de um acordo. Este narcisismo tem grandes exemplos no Brasil. Collor é um deles. Antonio Carlos Magalhães é outro. “Quando ganhou a presidência do Senado agradeceu ao Senhor do Bonfim. Quer dizer: não foi a sociedade que lhe



professor Seibel

deu o cargo, mas Deus.

Quando o poder patrimonial atua, o recrutamento do funcionário se dá nas esferas das relações privadas e não no âmbito dos concursos públicos ou das qualificações profissionais e de carreira. O que interessa é a fidelidade do funcionário. Se pode notar a influência do poder patrimonial pelo número de “cargos de confiança” que são trocados a cada mudança de governo. Na Inglaterra apenas 250 funcionários são mudados, nos Estados Unidos 3 mil e no Brasil 100 mil cargos.

A noção de autoridade, por causa disto, tende a assumir a forma despótica; a única relação social possível é a relação da escravidão; a única relação política possível é a do clientelismo. “Não existem assessores mas aduladores. A relação é a de servo-senhor. O senhor percebe no servo alguém que lhe pertence, não alguém que tem direitos, alguém que é intermediado por instituições como sindicatos,

partidos, etc. O servo obedece por amor ou medo-ódio. A relação é sempre passional e não intermediada pela razão. Por isto no seu âmago, a estrutura da sociedade brasileira é violenta. A única cidadania permitida é aquela consentida. A sociedade brasileira vive hoje um espetáculo trágico de violência, decorrente desta estrutura de poder. Não há um campo de direitos. Sobre este terreno, que é podre, não se constrói políticas públicas, novas organizações.”

No serviço público, hoje, não vale a competência profissional, mas a fidelidade ao padrinho. Porque o público é do padrinho e não da sociedade.

Ao criarem o estado patrimonial as elites criaram esta cultura político-administrativa, esta prática de gestão escravocrata. Em outros países estas elites superaram esta fase. No Brasil aconteceram arranjos e acomodações e o que se vê hoje são setores públicos regidos pelo poder burocrático, onde as elites industriais fazem uma privatização branca do que é público. Existem também nichos para as elites tecnocráticas, onde a gestão das funções econômicas da sociedade só tem objetivos financeiros, de mercado. Finalmente um bom exemplo de poder democrático nas estruturas de poder nas organizações governamentais brasileiras é o SUS. Neste tipo de organização convivem todos segmentos da sociedade, medindo forças. Este é o único poder que promove a publicização do poder nas esferas públicas.

trole; estrutura organizacional.

No final de setembro estará pronto o relatório que englobará as conclusões de cada grupo num modelo de gestão para a Celesc. Esta proposta será discutida então com a diretoria da empresa para sua implementação. Enquanto isto será formado o Conselho de Representantes dos Empregados da Celesc, composto por 33 membros eleitos (um de cada agência e um de cada departamento). Este conselho se assentará sobre os conselhos regionais (em cada agência e cada departamento serão formados grupos para discutir a participação do representante no conselho de representantes). Estes são os primeiros passos para a gestão participativa que foi decidida como modelo para a empresa. Os delegados do seminário decidiram também que devem ter acesso a um estudo completo sobre a terceirização na Celesc e, com posse destes dados, negociar uma política de terceirização na empresa. Será elaborada também uma pesquisa sobre a postura e comportamento ético na Celesc.

e culpam o corporativismo e não as elites que mantêm as esferas públicas no arcaísmo porque se beneficiam disto. Desinvalidam tentativas como a do SUS porque com isto deixam de se beneficiar do Estado”.

PUBLICIZAÇÃO

O que pode ser feito? Para o professor Seibel o trabalhador público deve lutar para construir uma ética organizacional pública. Deve construir a “Empresa Cidadã”. “Quem é o portador da ética é a sociedade, o poder ético referente às instituições deve ser resultado do debate, do senso coletivo. Numa relação ética deve haver coerência entre meios e fins”.

Na cultura política vigente virtudes negativas se transformam em qualidades político-administrativas, como por exemplo a astúcia (da raposa) e a força (do leão da Bahia como chamam ACM). Neste caso não se separa poder e ética. O caso mais famoso é da conversa do ministro Ricúpero, captado por uma parabólica em que ele dizia textualmente “eu não tenho escrúpulos”. A ética da moralidade pública atual é baseada em máximas negativas como

bateu/levou; rouba, mas faz; levar vantagem em tudo.

A nova cultura política se assenta, enquanto prática cotidiana, na alteridade, universalidade, consenso e transparência. Alteridade significa o reconhecimento do outro como cidadão, com direitos. A universalidade significa direitos iguais para todos, a negação de privilégios, equidade nas políticas sociais. O consenso é a condição de participação, a cidadania ativa. Não significa unanimidade. Se troca a força pelo argumento e inicia a produção de opinião pública. A divergência é possível sem que o outro tenha que ser “eliminado”.

O caminho apontado pelo professor Seibel mostra que é possível construir uma ética organizacional pública - que vá além de deveres e responsabilidades. Para isto é necessário criar condições para que exista a produção de opinião pública, no sentido de pertencer, apropriar-se, vincular-se com a empresa na qual se trabalha, assumindo compromissos com a instituição, deslocando a fidelidade ao padrinho para a instituição. Para isto o profissional público deve ter uma competência, um projeto, uma cultura ética passando a ser o profissional cidadão, cujos compromissos são com a sociedade. Seus parâmetros e limites são fruto da opinião pública enquanto capacidade de produzir discernimento crítico sobre algo. Tem um código fruto de muito debate que envolve a todos, uma soma, o mosaico de valores daquela sociedade.

Diretoria apresenta sua proposta

“Está acontecendo uma grande irresponsabilidade na administração pública.” A afirmação do professor e consultor da UFSC José Francisco Salm é o ponto de partida para a necessidade de uma reorganização da Celesc. “Ninguém quer a Celesc como



professor Salm

está”, disse Ricardo Moritz, assessor da diretoria, durante a apresentação do projeto Nova Celesc, no segundo dia do seminário. De acordo com o professor Salm, contratado pela empresa para a realização da proposta, este projeto contempla o preparo, a readequação cultural e educacional dos empregados e coloca essas idéias em prática. “De nada adianta o ideal se não colocá-lo em prática”, comenta Salm. Apesar do projeto transformar a empresa na perfeição, atrativa tanto ao governo quanto à iniciativa privada, Salm e Nelci Barros, também da UFSC, dizem que sua proposta não é privatizante nem de demissões.

O princípio da Nova Celesc, segundo Salm, é de que as pessoas que trabalham na empresa têm que ter obsessão por resultados e uma profunda convicção no seu potencial e na motivação para empreender e buscar o sucesso, a tal empregabilidade. Os professores alegam que a empresa não tem rentabilidade porque não envolve as pessoas e não se empenha em parcerias que dêem resultados. “Transformar a Celesc numa empresa orientada para os resultados é o caminho para a excelência”, comenta Ricardo Moritz.

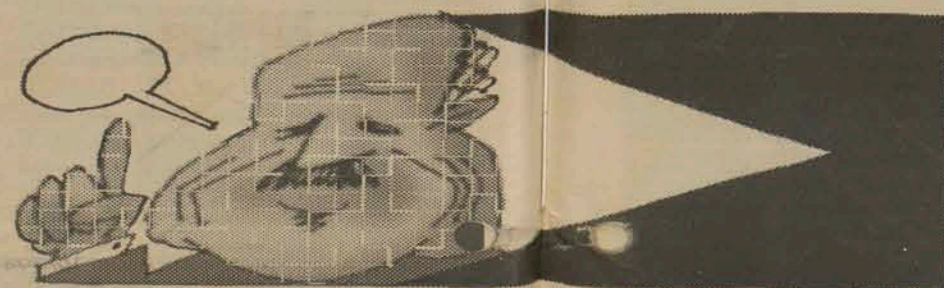
É aí que vêm as dúvidas dos empregados. Como colocar em prática este projeto sem veiculá-lo às mudanças de diretoria, nos aspectos gerencial e político? A explicação dada é a descentralização. O projeto quer dar mais independência às regionais, onde a administra-

ção central não mais seria controladora. A produtividade dos funcionários teria uma recompensa (através da participação nos lucros) ou o reconhecimento público. E o maior investimento da empresa seria com as parcerias, negócios como a telecomuni-

cação, a geração de energia e outros serviços e assim, segundo os consultores, impediria a privatização. A idéia é que cada novo negócio se transforme em projetos e, com o passar do tempo, os projetos sejam empresas. “Privatizar é balela. A estratégia é fazer parcerias porque aí privatização é mau negócio. A Cemig está inviabilizando a sua venda por causa das parcerias”, afirma o professor Nelci Barros.

“Como seria a transição da atual Celesc para esta do projeto? Muita da mão de obra da empresa é terceirizada, existem problemas de remanejamento de pessoal, não temos nem leituristas próprios. Como podemos falar em reconhecimento e recompensa com este quadro?” questionou um celesquiano. As respostas foram as seguintes: “A Celesc está muito doente e tem que ser revista amplamente”, “é preciso que se faça um contrato psicológico entre os empregados”. A implantação do plano demora de três a cinco anos, até a obtenção dos resultados. Além disso o objetivo é transformar a empresa numa alta fonte de rendas “tanto pública quanto privada”.

É aí que a intersindical discorda do projeto. O representante dos empregados no Conselho Administrativo, Luiz Cézar Vieira, fechou a palestra dizendo que primeiro, os celesquianos querem constituir a empresa pública, isto é, uma empresa moderna, profissionalizada, com continuidade administrativa, gerida democraticamente com controle social pela sociedade.



Onde quer que você vá, em todos os cantos, lá está a placa e a loja: Tudo por 1,99. Barátíssimo, há de tudo, de qualidade duvidosa, é certo, mas o que você quiser. Em quase todos os produtos lê-se: MADE IN CHINA. A China é comunista, aquela que em 1945, depois de uma longa e sangrenta revolução popular e da "Grande Marcha", extinguiu, respectivamente, as velhas e novas relações feudais e capitalistas e implantou o socialismo sob o timão do grande líder Mao Tse Tung e dos fundamentos teóricos do marxismo-leninismo, abrindo novas esperanças de progresso e paz para todos os povos do mundo.

Mas a República Popular da China já não é a mesma. A partir da morte do Mao e das grandes reformas econômicas e sociais implantadas em 1978 por Deng Xiao Ping, escancarou as suas portas para o capital estrangeiro e ao neo-liberalismo e, industrializando-se a passos largos, inundou o mundo com seus produtos conseguindo o maior crescimento econômico do planeta dos últimos anos.

Todos querem fazer um "negócio da China" ali. Das grandes multinacionais até as pequenas empresas que fabricam infinitas quinquilharias de plástico. Todos querem oferecer ao mundo, "tudo por 1,99". Mas como é possível fabricar produtos tão baratos e em quantidades tão extraordinárias? Não há milagres, a fórmula é a mais simples e antiga possível: a da exploração da força de trabalho do homem. O capitalismo chinês atual é um dos mais desumanos do planeta e está numa escala histórica atrás do europeu dos séculos XVIII e XIX. Impõe ao seu trabalhador uma jornada de trabalho que vai, muitas vezes, além das oito horas e que os deixa exaustos; cotas de trabalho cada vez maiores e horas extras sem remuneração; salários baixíssimos, muitas vezes subtraídos por altas multas por transgressões inexplicáveis; demissões injustificáveis desproteção dos aparatos jurídicos; dismantelamento dos sindicatos e proibição de associações com forte repressão policial contra as manifestações de insatisfação julgados como desrespeito à autoridade central e do Partido Comunista... Tudo isso, acrescido do pavor pelo desemprego.

Para os executivos financeiros que acompanham os altos índices de crescimento da sua economia não há dúvida, a nova China merece confiança para novos investimentos, proporcionando riquezas imensas da noite para o dia. Mas, visto pelos homens, mulheres e crianças do povo que trabalham nas fábricas da nova República Popular da China, as coisas são bem diferentes e nada têm de bom a comemorar; muito pelo contrário. Para esses é a volta da barbárie.

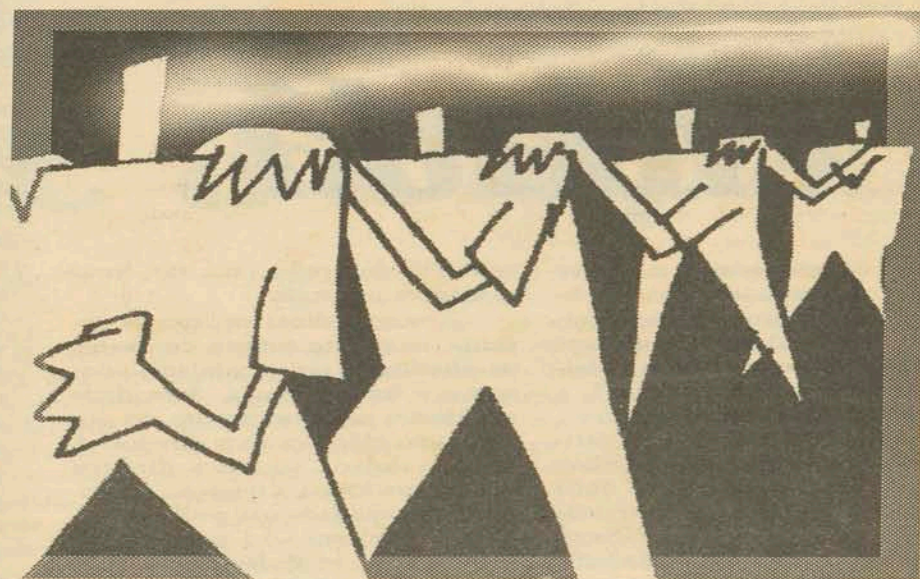
Aí está, resumidamente, a fórmula mágica do Milagre Chinês tão decantado nas cartilhas do neoliberalismo servida para todos os povos do planeta pelo FMI e seus parceiros ricos. A mesma seguida servilmente pelo governo brasileiro atual com a sua política de privatizações, desregulamentação das leis trabalhistas, da reforma administrativa e da previdência, do fim do contrato de trabalho coletivo e das horas extras, do sucateamento do ensino público e da saúde, de repressão aos movimentos sociais etc. E os efeitos já apontam para os mesmos resultados do quadro acima. Logo, para felicidade de uns poucos e infelicidade de muitos estaremos vendendo tudo, quem sabe, por 1,98. Até mesmo o país...

Maja dinheiro para manter este trem...

No dia 04/09/97, a INTERSUL assistiu uma apresentação feita pela Diretoria Administrativa sobre os "reenquadramentos" ocorridos em março e agosto deste ano. O novo plano de cargos e salários foi realizado em cima de duas tabelas: a pesquisa da média salarial para o nível médio foi feita na região de Florianópolis enquanto a dos cargos ocupados por pessoas com formação superior teve amplitude nacional. Para a Intersul ficou claro que o objetivo destas movimentações eram justificar o aumento para os gerentes.

Foi dito que o processo de movimentações está concluído, tendo sido gasto 2% da folha de pagamento, envolvendo 820 empregados e que todas disfunções foram corrigidas. Segundo o diretor administrativo Laércio Dias, o maior reajuste ficou próximo de 50%, com exceção dos gerentes. Não foi informado qual o maior aumento para os níveis gerenciais e muito menos como o ficou a tabela salarial, que segundo o diretor, será divulgada "oportunamente". A relação entre o maior e o menor salário passou de 9,36 para 12,85, reduzindo os níveis salariais de 216 para 87, defasados em 3% entre si. As 104 carreiras foram reduzidas a três: média, superior e gerencial, os 421 quadros com o novo plano vão ter que se enquadrar em onze e as classes salariais passaram de 20 para 14. A justificativa dada pelo diretor Laércio é a viabilização da gestão dos recursos humanos

Novo PCS confirma privilégios dos gerentes e diretoria Administrativa não divulga tabela salarial



com uma maior flexibilidade. Ele acredita que esta política salarial vai manter a competitividade salarial através das faixas médias de remuneração. Quanto às denominações para os cargos de "auxiliar", "assistente" e "especialista", disse que não alterará as funções hoje em vigor que serão incluídas nos contracheques, a partir do próximo mês.

Segundo Laércio, a pesquisa da empresa constatou que a maioria dos cargos/

funções estavam com salários acima do necessário e só não foram diminuídos porque a lei não permite. Segundo a Intersul não foi levado em conta os anos de dedicação à empresa, o esforço e o sacrifício dos que construíram a Eletrosul. "Enfim, foi tudo jogado no lixo em nome de uma "competência técnica" e "interesse" da empresa", comenta Antônio Vituri, dirigente da Intersul. O próprio diretor administrativo confirma esta afirmação:

"Embora para o país seja melhor essa política atual, para nós, trabalhadores da classe média não é. Mas o interesse da empresa não é o mesmo do empregado e a diretoria obedece às diretrizes fora da Eletrosul".

A Intersul mais uma vez não concorda com a atitude da Eletrosul, que descumpriu cláusulas de acordos coletivos que exigem a publicação da tabela salarial e a participação de representante dos sindicatos na elaboração de novos planos salariais.

Rolagem da dívida não passa de ilusão

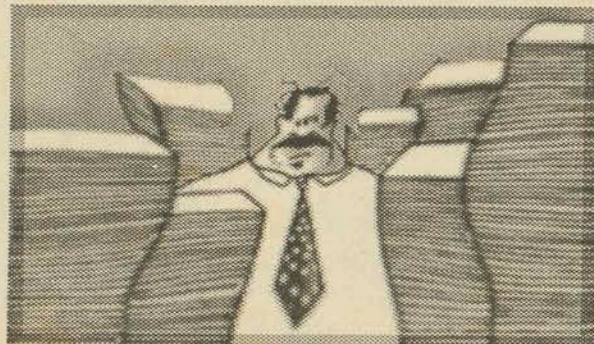
“É tudo um jogo, o governo estadual faz que paga, e o governo federal faz que recebe.” Assim o Secretário da Fazenda Nelson Wedekin definiu a rolagem (refinanciamento) da dívida do Estado na audiência pública que aconteceu na última segunda-feira na Assembleia Legislativa. Ou seja, o governo estadual repassa R\$ 1,3 bilhões para o governo federal apenas a título de pagamento de juros e encargos. Os cerca de R\$ 3,2 bilhões de dívidas, que segundo o secretário remontam à década de 70, continuam a gerar novos juros e novos encargos, e após a rolagem, o governo passa a ter tão somente condições de pagar o custo mensal da dívida.

Mas o problema não é só este. Para participar deste “jogo”, o governo Paulo Afonso terá que assinar um contrato onde se compromete a vender ativos do estado. Simplificando, ao autorizar o governo para rolar a dívida, a Assembleia Legislativa estará autorizando o governo a vender desde terrenos e imóveis até empresas públicas.

O questionamento mais insistente ao qual o secretário teve que responder foi quanto à possibilidade de venda das estatais catarinenses. “Enquanto eu for o secretário da fazenda não haverá privatização da Celesc, Besc, Casan

e qualquer outra empresa pública do Estado”, afirmou diversas vezes Wedekin para um plenarinho lotado de parlamentares e convidados, dentre estes uma representação da Intercel.

No entanto, ao ser questionado se o governo do estado pretende resgatar o segundo lote de ações da Celesc empenhadas em forma de debêntures na criação da Invesc, Wedekin respondeu que o governo ainda não tem os R\$ 16 milhões para resgatá-las, acrescentando: “As dívidas de outubro eu ainda não quero saber. Primeiro quero pagar a folha, os poderes e os convênios de setembro”. Se as 100 milhões de ações não forem resgatadas, o governo estará por um fio a perder o controle acionário da empresa. Além disto, nesta tentativa de “salvar” o Estado, o governo faz com que a Celesc ainda arque com o ônus da antecipação do ICMS até dezembro/97. Levantada a hipótese da Celesc ter contraído um empréstimo da ordem de R\$ 4 milhões que teria repassado aos cofres do estado, o secretário não soube responder, concluindo “o di-



nheiro entre na caixa, como eu não sei”. O secretário também não teve respostas para o futuro econômico do Estado. “Todo dia é uma crise e vive-se ela sempre. Estou propondo um passo à frente para poder respirar. Não sei o que vai acontecer, só sei que preciso pagar as dívidas que vencem este mês. As outras secretarias fazem compromissos e enviam as contras para a da Fazenda sem saber se o governo pode pagar”, desabafa Wedekin.

À pergunta de um sindicalista que quis saber por que o governo não cobrava com rigor os sonegadores, o secretário disse que isto é muito difícil porque o estado conta com apenas 12 procuradores para fazer este trabalho e que

teria a ideia de distribuir os processos para diversos advogados que poderiam ser contratados pelo estado, mas sua resposta não foi conclusiva.

Quanto ao compromisso de venda de ativos, que o governo estará firmando na assinatura do contrato, Wedekin disse que venderá imóveis do estado e comprometerá ativos da Cohab e do Besc, ressaltando sempre que não venderá Besc,

Casan e Celesc. “Mesmo com a negativa do secretário, o projeto é uma espécie de cheque em branco ao governo. Como será possível impedir este processo depois de deflagrado?”, questionou o presidente da CUT, Valdeci José da Silva. Por isso a CUT propõe que os deputados rejeitem o projeto e que se promova uma auditoria pública nas contas do estado. Depois disso, que seja realizada uma discussão com a sociedade.

A Intersindical dos Eletricitários questiona se esta dívida deve ser mesmo paga e por que seus encargos e juros são tão altos. Quanto à questão da privatização, a Intercel argumenta que o compromisso de Wedekin não privatizar as empresas públi-

cas, não oferece nenhuma garantia, mesmo porque um secretário pode ser exonerado a qualquer momento e, mesmo que continue no cargo obedecerá às ordens do governador. Este por sua vez poderá obedecer à política do governo federal, que neste momento é privatizante. No caso da Celesc, mesmo com a afirmação de Wedekin que precisa de uma lei específica aprovada pela assembleia para privatizá-la, a Intercel alerta: o Estado da Bahia, que assinou contrato para rolagem da dívida igual ao que o governo de Santa Catarina pretende assinar, já privatizou a Coelba. O do Rio Grande do Sul, que também já fez a rolagem, implementa agora a privatização da CEEE. A grande preocupação da Intercel é quanto ao resgate das ações da Celesc no mês de outubro. “A resposta do secretário foi evasiva e demonstrou irresponsabilidade do governo. Se as ações não forem resgatadas, a aprovação de uma lei na Assembleia Legislativa poderá ser apenas mera formalidade, já que na prática a empresa já estaria privatizada.

Diante disto, a Intercel reforça a importância da campanha contra a privatização da Celesc e conchama a todos os eletricitários e seus familiares que se integrem neste trabalho.

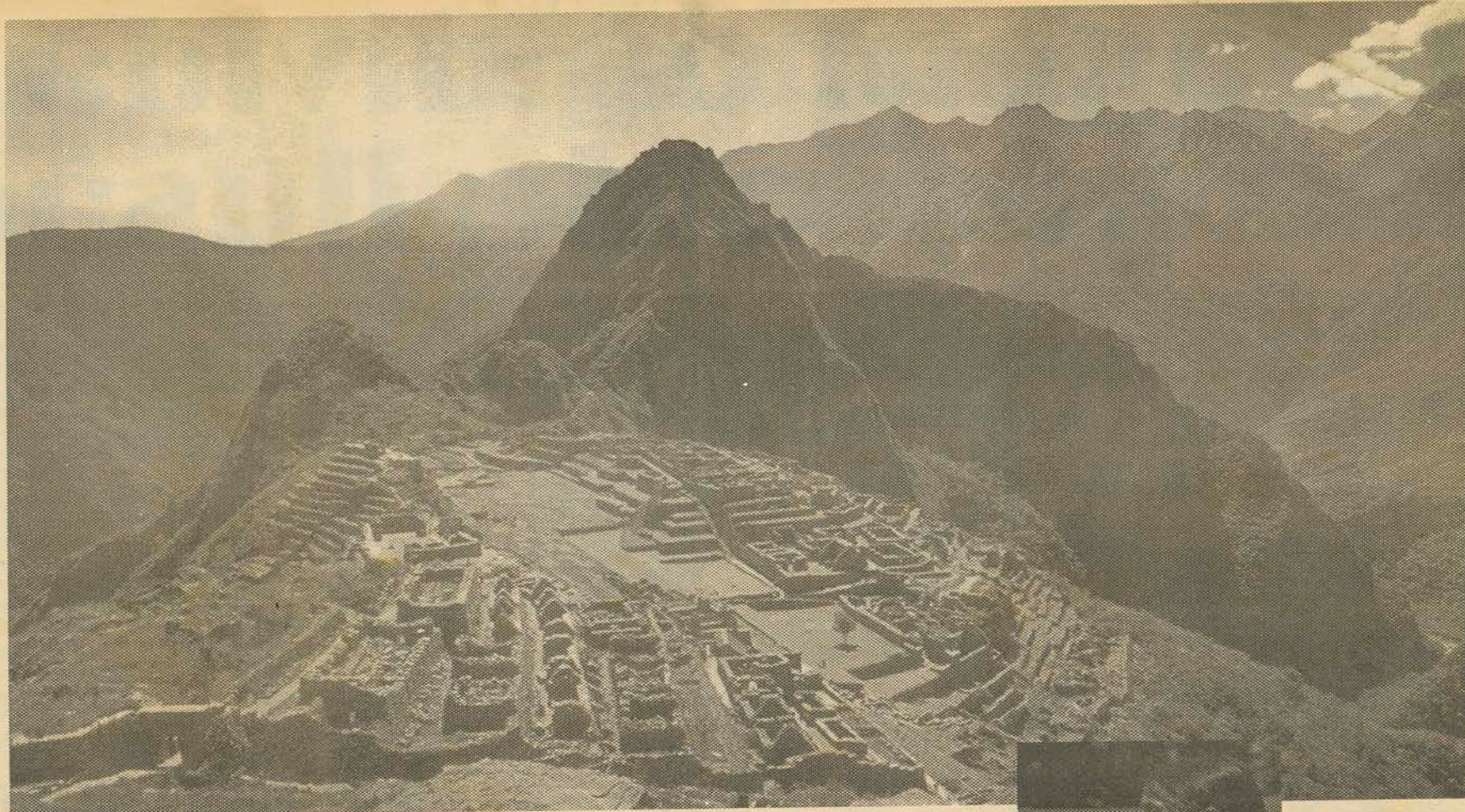
Agenda da Campanha

A partir deste domingo, dia 14 de setembro, a campanha vai entrar em muitos lares catarinenses. Três VTs, dirigidos pelo cineasta Eduardo Paredes, serão distribuídos na programação das quatro principais emissoras de televisão do estado: RBS, Bandeirantes, Record e SBT. Pela Bandeirantes os VTs serão veiculados em boa parte do estado: Florianópolis, Araranguá, Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Criciúma, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Laguna, Itajaí, Rio do Sul, São Bento e localidades próximas a estas. A veiculação nas outras três emissoras terá o alcance na Grande Florianópolis.

Na última quinta-feira, aconteceu uma reunião com a diretoria do CDL, Clube de Dirigentes Lojistas de Florianópolis, para que auxiliem na divulgação da campanha. Quem quiser fazer parte das equipes responsáveis pelas visitas aos comerciantes, pode inscrever-se no Sinergia (048)224-9114. Esta atividade, aliás, tem tido excelente receptividade. A partir do dia 16, próxima terça-feira, os estabelecimentos dos bairros que não são próximos à Celesc e à Eletrosul também serão visitados.

Vários eletricitários estão ligando para o Sinergia marcando debates em escolas, conselhos comunitários, associações de moradores, associações de pais e professores, movimentos de igrejas etc. Se você também tem contato com alguma destas instituições, contate com o sindicato.

Reuniões de negociação do ACT Celesc:
dia 16, terça-feira, às 15 horas
dia 19, sexta-feira, às 13h30



“La loca carrera”

29 de Agosto

Se a ética não governar a razão, a razão desprezará a ética...



Fujimori não fala a língua dos peruanos. Acima vista geral de Machu Picchu

1º de Setembro

Regressados de uma viagem à Argentina e Bolívia, os meus cunhados Maria e Javier trazem-me o jornal *Clarín* de 30 de Agosto. Aí vem a notícia de que vai ser apresentada ao Parlamento peruano uma nova lei de turismo que contempla a possibilidade de entregar a exploração de zonas arqueológicas importantes, como Machu Picchu e a cidadela pré-incaica de Chan Chan, a empresas privadas mediante concurso internacional.

Clarín chama a isto “la loca carrera privatista de Fujimori”. O autor da proposta de lei é um tal Ricardo Marcenaro, presidente da Comissão de Turismo e Telecomunicações e Infra-Estrutura do Congresso peruano, que alega o seguinte sem precisar tradução: “Em vista de que el Estado na ha administrado bien nuestras zonas arqueológicas - qué passaría si las otorgáramos a

empresas especializadas en esta matéria que vienen operando en outros países com gran efectividad?” A mim parece-me bem. Privatize-se Machu Picchu, privatize-se Chan Chan, privatize-se a Capela Sixtina, privatize-se o Pártenon, privatize-se o Nuno Gonçalves, privatize-se a Catedral de Chartres, privatize-se o descimento da Cruz de Antonio da Crestalcore, privatize-se a cordilheira dos Andes, privatize-se tudo, privatize-se o mar e o céu, privatize-se a água e o ar, privatize-se a justiça e a lei, privatize-se a nuvem que passa, privatize-se o sonho, sobretudo se for o diurno e de olhos abertos. E finalmente para florão e remate de tanto privatizar, privatizem-se os Estados, entregue-se por sua vez a exploração deles a empresas mediante concurso internacional. Aí se encontra a salvação do mundo... E, já agora, privatize-se também a puta que os pariu a todos.

texto do escritor português José Saramago, no livro Cadernos de Lanzarote III, da editora portuguesa Caminho, que sairá no Brasil pela Companhia das Letras